

HISTÓRIA, PESQUISA E EDUCAÇÃO

HISTORY, RESEARCH AND EDUCATION

Israel Soares de Sousa¹
Severino Bezerra da Silva²

RESUMO

O presente artigo trata das transformações ocorridas no conceito e nas investigações históricas, redefinindo suas perspectivas, percepções e interpretações do mundo em suas variadas dimensões, vislumbrando como esse novo paradigma se tornou indispensável para incorporar no discurso e práticas das ciências, especialmente da História, aqueles segmentos sociais excluídos e marginalizados que, apesar de incluídos nas encruzilhadas e labirintos que marcaram/marcam suas cotidianidades, encontram-se fora dos fatos e rituais próprios do mundo oficial. Neste sentido, a relação História, Pesquisa e Educação nas últimas décadas, no cenário brasileiro, tem ganhando novas configurações mediadas pelos novos paradigmas imprimidos especialmente pela nova forma de ver, fazer e interpretar o mundo, os grupos, as instituições e as pessoas.

Palavras-chave: História. Pesquisa acadêmica. Educação.

INTRODUÇÃO

A história tradicional oficial, porque não defini-la como hegemônica e, conseqüentemente, a pesquisa e o ensino de história no Brasil têm se configurado por seu caráter elitista e de exterioridade às camadas populares, marginalizando as lutas e os movimentos sociais como fenômenos extra-históricos, que mancham a gloriosa ação dos grandes heróis da nação e seus projetos de melhoria para o povo.

Por conceber a marcha da história³ de forma linear e progressiva e como se a sociedade civil fosse incapaz de participar de forma decisiva nos destinos da humanidade, a história imposta pelos poderes hegemônicos nega às populações sua importância coletiva. Nesse sentido, a História tem sua função bem definida: legitimar a ordem estabelecida e reprimir as forças contrárias a ela.

Ao longo da história, a História serviu como uma arma de controle social, mantenedora do poder estabelecido, exaltando os líderes e reprimindo qualquer forma de contra poder. Como descreve Fontana (1998),

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Educação da UFPB. E-mail: izinho27@terra.com.br

² Professor da Pós-graduação e da graduação do Centro de Educação da UFPB. E-mail: severinobsilva@uol.com.br

³ Utilizamos os termos história e História, com a inicial minúscula e maiúscula para, respectivamente, nos referirmos à história enquanto processo vivido pela humanidade e à História, enquanto campo de conhecimento que formam a “ciência” ou disciplina.

Os relevos dos do Egito faraônico ou as pinturas maias não só estavam destinados a perpetuar a memória dos soberanos, como também tinham uma função didática: a de recordar os fundamentos religiosos e profanos do sistema social vigente, tal como deviam explicá-los verbalmente os sacerdotes. As cenas de triunfos militares, em que nunca falta a representação dos mortos e dos vencidos, serviam de advertência de qualquer intento de subverter a ordem estabelecida seria reprimida duramente, tanto se procedesse de inimigos de fora como dissidentes de dentro. (FONTANA, 1998, p. 15).

No Estado moderno e capitalista, a disciplina de história também visa manter uma ordem estabelecida, pois esteve, e ainda se encontra ligada diretamente à concepção positivista de ciência, da qual somos influenciados pela sua força que ainda impera nos meios acadêmicos e na nossa cultura. Desde a ascensão do paradigma positivista, a história tem tentado se estabelecer como uma ciência voltada para a reconstituição e reprodução dos feitos do Estado burguês, porém o modelo global de racionalidade científica tem afastado do seu rol de concepções válidas de ciência, devido o seu caráter humanístico.

As influências do positivismo e da racionalidade têm orientado nossa forma de perceber a realidade social e nos impulsionam a entender os fenômenos a partir do que os nossos sentidos podem perceber. Nosso conceito de verdade passou a ser pautado naquilo que podemos provar. O positivismo, que esteve muito ligado às chamadas ciências duras, buscou aproximar o fundamento lógico e metodológico das Ciências Naturais aos das Ciências Sociais conduziu-as à ocupação do fato, devendo afastar-se do valor, pois este seria um impedimento para a razão.

Diante da hipótese do positivismo que, segundo Minayo (2000, p. 39), “[...] é de que a sociedade humana é regulada por leis naturais que atingem o funcionamento da vida social, econômica, política e cultural de seus membros [...]”, as ciências em geral têm buscado analisar as sociedades históricas através de leis invariáveis e independentes de seu funcionamento e preocupamo-nos em conceber um saber neutro, sem implicações de juízo de valor, num culto frenético de um conhecimento objetivo. Nessa perspectiva, caberia ao historiador, na pretensão de ser ciência, narrar os fatos, a partir das fontes, como eles supostamente teriam ocorrido, sem as perturbações dos interesses e das paixões.

Nessa perspectiva, as subjetividades do pesquisador não deveriam interferir na construção dos fatos e sua função seria única e exclusivamente a de descrever os acontecimentos ocorridos sem problematizá-los ou fazer qualquer relação com o tempo presente, livrando o fenômeno da interferência do pesquisador.

A lógica positivista nos remete a entender a história como detentora de um caráter teleológico, ou seja, um fim que seria atingido com a harmonia, o desenvolvimento e a prosperidade e que resultaria na estabilidade social, legitimando os vários papéis sociais, tanto os de dominação quanto os de subordinação tão presentes na base de concepção da prática política republicana.

Além disso, a história positivista valoriza as esferas política e econômica em detrimento dos aspectos sociais e culturais, cultuando os grandes feitos dos estadistas e atuando sobre a memória e a lembrança da sociedade através do exemplo. Porém, se faz necessária uma concepção de história e de pesquisa da história que rompa com a perspectiva linear e mecânica de causa e efeito, que busque entender a realidade de forma complexa e que perceba os sujeitos interagindo em todas as esferas do conhecimento; assim como compreenda o pesquisador como sujeito e detentor de subjetividades relevantes para a compreensão dos fenômenos históricos e sociais.

É importante partirmos do pressuposto que, em qualquer área de pesquisa, existem relações de interação entre o fenômeno pesquisado e o pesquisador e que o objeto não é neutro, nem tampouco o pesquisador, pois, ambos estão em constante relação entre si e sofrendo influências externas. Essa situação não diminui o valor da pesquisa, mas enriquece as reflexões que passam a ser dialéticas e o conhecimento passível de transformações e relativizações de acordo com o tempo e o espaço.

Brito e Leonardos (2001) apontam o surgimento de um modelo de pesquisa que leva em consideração as relações entre o pesquisador, a pesquisa científica e o objeto/sujeito da pesquisa. Para isso, as autoras apresentam um esquema de relações representado num triângulo equilátero, onde:

Esse triângulo equilátero está, por sua vez, inscrito em um círculo que representa o processo de pesquisa em seu conjunto, de cujo centro irradiam as relações de poder e um feixe de preocupações éticas que inspiram práticas ou interações. (BRITO; LEONARDOS, 2001, p. 13)

Essa relação proporciona para os pesquisadores, o que inclui os historiadores, a possibilidade de diferentes leituras, conexões, representações, diálogos, inter-relações, que estão envoltas no processo de pesquisa, e enriquecem, conseqüentemente, a construção de saberes, visto que esse processo é muito mais coletivo que individual e muito mais subjetivo do que objetivo.

PERSPECTIVAS DE MUDANÇA NA PESQUISA HISTÓRICA CONTEMPORÂNEA A PARTIR DO SÉCULO PASSADO

A partir do século XX, a história vem sofrendo uma série de alterações no que diz respeito à temática trabalhada e também à própria metodologia de pesquisa histórica, inserindo em seu campo de pesquisa as questões culturais e sociais de forma mais evidenciada e central, além de considerar válidas fontes não oficiais e visibilizar sujeitos outrora ocultos. Nesse sentido, cabe-nos destacar o movimento iniciado pela *Escola dos Annales*, na França, que foi inaugurada pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre e que deu início ao rompimento com a perspectiva da neutralidade do historiador, centrando-se na produção da chamada história-problema para buscar respostas no passado para os problemas do presente. Bittencourt (2009) nos esclarece acerca das principais características dos *Annales*:

Esse grupo de historiadores insurgiu-se contra a história política, centradas em ações individuais e no poder bélico como motor da história. As produções dessa corrente giravam, sobretudo, em torno de uma história das mentalidades coletivas, como pensamento da burguesia relacionado à Reforma Protestante, na perspectiva de entender as ações individuais em contextos mais amplos. Também surgiram as temáticas econômicas sobre aspectos mais gerais da sociedade, destacando as formas de ocupação social em grandes espaços, em torno dos mares e oceanos. (BITTENCOURT, 2009, p. 145)

Mesmo com alguns pontos de aproximação com a historiografia marxista, que se desenvolvia anteriormente e paralelamente aos *Annales*, essa perspectiva rompe com a ideia de analisar, exclusivamente a estrutura e a dinâmica das sociedades humanas, considerando, exclusivamente, as culturas normativas e institucionais.

Essa concepção contraria a ideia de que as liberdades e opções das pessoas são reguladas pelas forças de produção, concepção da linha estruturalista do marxismo que foi criticada e repensada pelo historiador marxista inglês E. P. Thompson, que buscou trabalhar os conteúdos sociais, articulando o conceito de classe social ao de cultura.

A multiplicação dos objetos de investigação dos seguidores dos *Annales*, sobretudo na França, aproximou a temática histórica à Sociologia, dando origem a chamada *nova história*, sendo pejorativamente chamada de “história em migalhas”, por enveredar pelo oposto da história estruturalista e tratar de questões fragmentadas sem que, a maioria dos historiadores fizesse nenhuma articulação com aspectos de caráter globais.

Atualmente, vivenciamos a valorização de uma esfera antes ignorada, ou pouco evidenciada, pelo positivismo e por algumas correntes historiográficas: a cultura; que cada vez mais passa a fazer parte dos objetos de pesquisa dos historiadores através da chamada história cultural, explorando temas dos mais variados e antes não imaginados, dificultando a própria concepção do que seja história cultural. Essa valorização se fortalece a partir da década de 1980, também do século XX, quando da aproximação da História com os objetos de investigação da Antropologia, agregando ao debate científico uma ressignificação do próprio conceito de história, que apontava como desafio novos paradigmas e formas no processo de reconstituição dos fatos e fontes ligados à pesquisa histórica.

Porém, Burke (2005) alerta para a longevidade da história cultural, que há mais de 200 anos já era realizada na Alemanha e, a partir do século XIX, “[...] o termo *Culture*, ou *Kultur*, foi empregado com frequência cada vez maior na Inglaterra e na Alemanha”. (p. 15).

O autor divide a história da história cultural em quatro fases: a fase clássica, a da história social da arte; a fase da história da cultura popular e a nova história cultural; entendendo que existem rupturas e permanências entre cada uma delas.

Ainda de acordo com Burke (2005, p. 16), podemos caracterizar o período clássico, com origens na Inglaterra, Holanda e Alemanha, com a ideia implícita de que o historiador pinta “o retrato de uma época”. Além disso, a atenção dos historiadores estava voltada para os clássicos, através de obras-primas da arte, literatura, filosofia e ciência. Esses pensadores estavam preocupados com as conexões entre as diferentes artes, através do que era chamado “história do espírito” ou história da “cultura”, ampliando a ideia de hermenêutica para a interpretação, também, de artefatos e ações.

Uma das maiores contribuições dessa fase da história cultural vem do sociólogo Alemão Max Weber, através da sua obra, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*⁴, que inverte a forma marxista de pensar e reflete sobre as raízes culturais do sistema econômico na Europa Ocidental e na América, relacionando economia e hábito de vida a partir de concepções religiosas, uma explicação cultural para uma mudança econômica.

Na fase da história social da arte, podemos destacar as obras de outro sociólogo Alemão, Norbert Elias, como *O processo civilizador*⁵ e *Os estabelecidos e os outsiders*⁶.

⁴ Weber, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1985.

⁵ Elias, Norbert. **O Processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Na primeira obra, que é uma análise cultural inserida em contexto histórico, Elias buscou relacionar hábitos individuais e sociais entre os séculos XV e XVIII, como o modo de sentar à mesa, como uma imposição e domesticação da nobreza guerreira a partir da centralização do Estado, associando cultura e hábitos sociais à economia e à política. A ideia dos historiadores sociais da arte estava centrada em estabelecer relações entre a cultura, os conflitos e as mudanças sociais e econômicas.

Na segunda obra, Elias elaborou um estudo de caráter sócio-antropológico a partir da etnografia, mergulhando na realidade social investigada cientificamente, com o intuito de perceber como um grupo "*estabelecido*" na aldeia inglesa de Winston Parva se relacionava com o grupo dos que chegaram mais tarde e eram vistos pelos antigos moradores do lugar como "*outsiders*", isto é, como gente de fora e, por essa razão, sem direitos de plena cidadania na vida local. É uma obra associada à sociologia histórica que, segundo Federico Neiburg, na apresentação à edição brasileira do livro de Elias (2000, p. 9), tem sua centralidade na discussão relativa à noção de "anomia" e está "[...] centrada na interpretação de fontes escritas, [...], estatísticas oficiais, relatórios governamentais, documentos jurídicos e jornalísticos, entrevistas e, principalmente, observação participante [...]".

A terceira fase da história cultural remete-se ao final do século XVIII, porém, a ideia de cultura popular nesse período ficou restrita aos amantes de antiguidade, folcloristas e antropólogos, sendo retomada pelos historiadores a partir dos anos 60 do século XX. Nesse contexto, uma das primeiras obras foi a *História social do jazz*⁷, de Eric Hobsbawm, que, de acordo com Burke (2005, p. 30), buscou discutir o "[...] jazz como negócio e forma de protesto político e social [...]".

Entre as obras dessa corrente histórica a mais influente foi *A formação da classe operária inglesa*⁸ (1963), do historiador Edward Thompson, que examinou o lugar da cultura popular no processo das mudanças econômicas e políticas na formação de classe. Para isso, o autor se utiliza de descrições dos rituais de iniciação de artesãos, da importância das feiras para os pobres, entre outros aspectos simbólicos, porém, sempre relacionados com aspectos políticos e sociais.

⁶ Elias, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

⁷ Hobsbawm, Eric. **História social do Jazz**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

⁸ Thompson, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

A quarta e última fase apresentada por Burke é a chamada “nova história cultural” e tem suas origens em várias fontes de inspiração. Ela passou a ser usada no final da década de 1980 e pode ser considerada a forma dominante de história cultural praticada atualmente. O que caracteriza a nomenclatura “nova história cultural” – NHC, também segundo Burke (2005):

A palavra “nova” serve para distinguir a NHC – como a *nouvelle histoire* francesa da década de 1970, com a qual tem muito em comum – das formas mais antigas já discutidas anteriormente. A palavra “cultural” distingue-a da história intelectual, sugerindo uma ênfase em mentalidades, suposições e sentimentos e não ideias ou sistemas de pensamento. (BURKE, 2005, p. 69)

A “nova história cultural” vem trazer à tona novas possibilidades temáticas e metodológicas na história e conta com um número significativo de historiadores praticantes, mas é inegável a importância de nomes como Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu. O primeiro autor contribui com o conceito de polifonia, poliglossia ou heteroglossia, ou seja, as diferentes vozes que podem ser encontradas em um texto, revelando as várias interações entre culturas consideradas diferentes.

Diante das perspectivas supracitadas, entendemos que no campo da pesquisa em história é necessária uma prática ética, visando o reconhecimento sociotemporal e espacial de dimensões da História e especialmente daqueles segmentos sociais, considerados maioria, porém, por muito tempo excluído do cenário histórico. Uma concepção de história que não homogeneíze as sociedades, mas que leve em conta as distinções entre as culturas das várias classes sociais, as diferenças dentro das classes sociais, que não podem ser analisadas como apartadas de conflitos internos e constituídas de harmonias imperativas. Uma perspectiva histórica que transite do individual ao global, sem hierarquizar uma escala sobre a outra, respeitando os objetivos do historiador, mas percebendo a influência recíproca entre objeto e pesquisador. Nesse sentido, apresentamos a seguir, algumas características na pesquisa em história que consideramos essenciais para o processo de democratização da história e para o estabelecimento de ética na prática do pesquisador.

POR UMA HISTÓRIA “VISTA DE BAIXO”

Compreendemos importantes os processos históricos que envolvem uma grande parcela da população, antes e ainda hoje, marginalizadas por um considerável grupo de

historiadores. Os excluídos da história, ou apresentados como um câncer social ou uma mancha no processo natural dos percursos históricos, mas que exercem papéis importantes nas relações sociais, passam, a partir da década de 1970, a ganhar visibilidades nas pesquisas de muitos historiadores inspirados no poema de Bertolt Brecht, *Perguntas de um operário que lê*. Esse movimento histórico passa a considerar e valorizar as histórias dos negros e suas culturas, a história das mulheres, das massas trabalhadoras, quer de forma coletiva ou individual, “[...] a história vista de baixo ajuda a convencer aqueles de nós nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar [...]”. (SHARPE, 1992, p. 62).

Acreditamos, porém, que a “história vista de baixo” por si só, não garante uma pesquisa histórica que compreenda a realidade como um todo, pois podemos cair no risco de analisar a história pelo outro extremo: tratando a sociedade como uma luta entre bons e maus, compreendendo “os de baixo” como os novos heróis da história. Por isso, entendemos ser essencial trabalhar na perspectiva da história dos excluídos, porém sem descartar as relações com as esferas políticas, com o estado, com a história de cima. Além disso, os sujeitos devem ser entendidos como indivíduos inseridos em corpos coletivos, e que essa interação é responsável por conflitos constantes, por isso, devemos evitar a homogeneização de grupos e instituições.

Ratificamos, porém, que o diferencial dessa perspectiva histórica é a possibilidade de releituras dos percursos da historiografia e do sentido que a História pode ter para as pessoas comuns, que passam a ser entendidas e assim percebendo-se sujeitos históricos, respeitando suas igualdades e diferenças. Nesse sentido, inserimo-nos numa tentativa de visibilizar, de forma ética e respeitosa, negros, homossexuais, mulheres, crianças, camponeses, operários e tantos outros elementos sociais a partir da perspectiva que Santos (2000) discute como a visão da epistemologia e as possibilidades de se conhecer criando solidariedade. Segundo o autor

Enquanto pela forma hegemônica do conhecimento, conhecemos criando ordem, a epistemologia da visão levanta a questão sobre se é possível conhecer criando solidariedade. A solidariedade como forma de conhecimento é o reconhecimento do outro como igual, sempre que a diferença lhe acarreta inferioridade, e como diferente, sempre que a igualdade lhe ponha em risco a identidade. (SANTOS, 2000, p. 246)

Nesse sentido, faz-se necessária uma história “vista de baixo” que respeite e solidarize os sujeitos com suas harmonias e conflitos, igualdades e diferenças, numa

perspectiva que afaste dos diversos grupos sociais qualquer tipo de estereótipo, evitando assim julgamento de valores.

IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA EM ESCALA MICROSCÓPICA

Na contramão do pensamento hegemônico da pesquisa histórica de caráter global, surge na década de 1980 uma corrente historiográfica conhecida como micro-história e que passou a refugiar muitas das temáticas correntes na história das mentalidades, discordando dos aspectos político-metodológicos dessa concepção, por entender que os historiadores não podem deter-se em atividades puramente retóricas e estéticas. Segundo Vainfas (2002, p68), “[...] os propósitos da micro-história se moviam, portanto, no campo das críticas à história das mentalidades, em vez de se confundir com elas e se alinhava, em numerosos aspectos, no campo do que veio a ser chamado de nova história cultural [...]”.

Os historiadores da micro-história não recusam a aproximação com a antropologia, admitem a longa duração e não rejeitam os temas das mentalidades e do cotidiano. Por isso, a micro-história revela especial apreço pelas manifestações das massas anônimas: as festas, as residências, as crenças heterodoxas, ou seja, a nova história cultural revela uma especial afeição pelo informal, sobretudo pelo popular.

A micro-história, como gênero, surgiu na Itália e teve como uma das principais obras o livro *O queijo e os vermes*⁹, do historiador Carlo Ginzburg, que conta a história de um moleiro do norte da Itália chamado Menocchio e que foi julgado e condenado pela inquisição, por ter contrariado as ideias da Igreja Católica em um contexto de perseguições religiosas.

Ginzburg (2006, p. 11), a partir da documentação inquisitorial de dois processos abertos contra o moleiro, reconstruiu um “[...] fragmento do que se costuma denominar cultura das classes subalternas ou ainda cultura popular [...]”. Desenvolve suas reflexões, através da análise da história de um indivíduo, mais que isso, um indivíduo supostamente pertencente a uma esfera desprivilegiada da sociedade, mesmo que possuidor de muitos bens e entendido como uma exceção na sua comunidade, pelo fato de saber ler e falar com desenvoltura.

No campo da pesquisa, entendemos que as contribuições mais significativas presentes na obra de Ginzburg estão relacionadas ao conceito de circularidade, que para

⁹ Ginzburg, Carlos. *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

o autor se define pela sua oposição à cultura letrada ou oficial das classes dominantes. Vainfas (2002) nos esclarece que apesar da oposição, Ginzburg entende e percebe a existência de relações entre uma cultura e outra, o que legitima o conceito de circularidade. Para Vainfas (2002), a circularidade cultural

[...] se define também pelas relações que mantém com a cultura dominante, filtrada pelas classes subalternas segundo seus próprios valores e condições de vida. No mesmo movimento, a cultura letrada filtra à sua moda os elementos da cultura popular. (VAINFAS, 2002, p. 61)

Chamamos a atenção para o caráter fragmentado da micro-história, porém na busca do resgate de conceitos que articulam a esfera micro com a esfera macro, como é o caso da circularidade cultural. Porém, vale ressaltar o cuidado que se deve ter na pesquisa na escala do micro, para que não se torne narrativa pela narrativa ou pura descrição da vida cotidiana, sem se considerar as devidas articulações e influências entre as várias esferas sociais. No caso da obra *O queijo e os vermes*, o próprio Guinzburg destaca no prefácio à edição italiana dois aspectos da história social que são fundamentais para o entendimento de Menocchio: a invenção da imprensa e a Reforma, mas no percurso do seu texto, envereda mais para as questões do cotidiano e do micro.

Resgatamos, aqui, a questão da complexidade dos fenômenos sociais e históricos, como um debate premente nas ciências sociais e humanas, pois, por tanto tempo de saber mutilado por uma concepção mecanicista de pensar a realidade, discutem-se formas de entender os fenômenos para além de conceitos estáticos.

Reforçamos que as especificidades da micro-história não devem ser entendidas de forma isolada do mundo, mas comparada à metáfora da ponta do iceberg de Morin (1998), que apresenta o objeto de estudo uma pequena porcentagem de toda a realidade, cabendo ao pesquisador não ignorar as relações complexas com que podem ser explicados os fatos históricos, mesmo que na escala da micro-história.

O autor contribui também com a ideia de sociologia ensaísta, que tenta relacionar o objeto estudado com o seu ambiente e, bem entendido, com um conjunto de problemas globais fundamentais. Porém, sem perder de vista aspectos metodológicos e epistemológicos essenciais à construção erudita do saber, tentando não eliminar projetos, finalidades, atores e sujeitos na pesquisa.

POR UMA PESQUISA HISTÓRICA PARTICIPANTE

Buscamos uma pesquisa em história que considere as vivências das maiorias marginalizadas e que conte, inclusive, com sua participação no processo de pesquisa. Por isso, entendemos que uma concepção válida de pesquisa em história pode ser pautada na contextualização da localidade, dando significação às vivências sociais e dinamizando as práticas de pesquisa através da articulação entre as historicidades/cotidianidades que compõem o local e da mesma forma as que estruturam as dimensões globais, num movimento de interação, complementação e negação.

Entendemos que, uma via possível para a história dialogar com as maiorias marginalizadas do processo histórico, pode acontecer através da sua relação com a Educação Popular e suas especificidades teóricas e metodológicas.

A Educação Popular que, Segundo Romão (2007), nasceu na América Latina, em meio às lutas populares e teve focos de concretude dentro e fora do Estado, pode ser uma alternativa político-metodológica para a democratização da história local e da visibilidade dos sujeitos, por compreendê-los como construtores do saber e agentes ativos da história. Segundo Gasparelo, a história local é

[...] um princípio metodológico, que encontra sua validade ao atender aos pressupostos da construção de um conhecimento que interage com um saber que se torna significativo e consciente, constituindo-se em sua relevância social. (GASPARELO, 1996, p. 89)

Entendemos assim, que a história local é uma expressão da Educação Popular, principalmente por levar em consideração os oprimidos como sujeitos históricos e não receptores passivos de uma história oficial. Paulo Freire, que defendia uma educação dialógica e pautada na práxis, no decorrer de seus textos, fez várias considerações ressaltando a importância da apropriação da história por parte dos sujeitos. Segundo Freire,

A História é tempo de possibilidade e não de determinações. E se é tempo de possibilidades, a primeira consequência que vem à tona é a de que a História não apenas é, mas também demanda liberdade. Lutar por ela é uma forma possível de, inserindo-nos na História possível, nos fazer igualmente possíveis. (FREIRE, 1993, p. 35)

Para atingir esses objetivos, compreendemos que a pesquisa participante se apresenta como metodologia essencial, pois sua natureza, que é explicitada por Brandão (1984), caracteriza-se como um enfoque de investigação social por meio do qual se busca

plena participação da comunidade na análise de sua própria realidade, com objetivo de promover a participação social para o benefício dos participantes da pesquisa. Nesse sentido, participando da pesquisa, a mudança consistirá na valorização da história dos sujeitos, no sentimento de pertencimento a partir da construção de uma identidade social ativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTENDIMENTO DA HISTÓRIA COMO PARTICIPAÇÃO

Finalizamos este artigo, certos de sua fragilidade e de suas lacunas, mas entendendo que as incertezas fazem parte da realidade social e, mais ainda, do que se pensa sobre ela, que é o que podemos chamar, entre outras formas, de ciência. Entendemos que a produção do conhecimento científico, apesar de sua trajetória elitista, encontra-se diretamente relacionada às práticas e vivências sociais, o que se torna extremamente desafiante perceber as finalidades e consequências que a Ciência produz sociopoliticamente na história da humanidade. Portanto, na nossa concepção é no processo de observação, participação e interpretação das práticas sociais em vários contextos, escalas e temporalidades que vamos aprendendo a pensar e repensar, articuladamente, os sentidos e significados das nossas intervenções como cientistas, sujeitos históricos e cidadãos e com isso criando as possibilidades para um mundo mais justo e ético. Não acreditamos na verdade incontestável, mas num diálogo coerente de construção e reconstrução de saberes e ações, marcadas por continuidades, ressignificados e descobertas diárias sobre nossas relações com o mundo e com nós mesmos.

Por isso, acreditamos que a história, como uma esfera da realidade social, também é constituída de incertezas e construções e, mais do que isso, interpretações influenciadas por vários aspectos que envolvem a vida do historiador. Os fatos, as fontes, os documentos e monumentos não podem e não devem ser negados, mas a tela que se pinta sobre eles, depende das concepções do historiador, de suas subjetividades, das influências do meio sobre ele, e das influências dele sobre o meio e a sociedade.

Não existe a história do Brasil, mas as histórias do Brasil, e cada versão depende de quem as conta, de forma distante da neutralidade e da ingenuidade. As várias concepções sobre o que se escreve na história perpassam por aspectos políticos, econômicos, culturais e por relações de poder, tanto na esfera macro, quanto na esfera

micro; e, muitas vezes, têm o objetivo de manter a ordem estabelecida, mas também de conflitos e rupturas com os processos de dominação.

Entendemos também, que nenhuma concepção histórica, ou ainda, as várias metodologias adotadas no fazer do historiador, não garantem por si só uma prática de pesquisa de emancipação das maiorias marginalizadas e exploradas, mas as concepções políticas do próprio pesquisador da história. Neste sentido, percebemos ainda, o vasto campo de atuação do conhecimento histórico e cada vez mais a urgente necessidade teórico-metodológica de se alimentar um paradigma entre as ciências e a pesquisa que tenha como foco a interdisciplinaridade e a solidariedade humana.

ABSTRACT

This article discusses the changes occurring in the concept and the historical research, redefining their perspectives, perceptions and interpretations of the world in its various dimensions, seeing how this new paradigm has become indispensable to incorporate the discourse and practices of science, especially the history, those excluded and marginalized social groups, although included in the crossroads and mazes that marked / mark their daily lives, but, but are outside of the facts and its own rituals of officialdom. In this sense the relationship history, research and education in recent decades in the Brazilian is gaining new settings mediated by new paradigms especially impressed by the new way to see, do and interpret the world, groups, institutions and people.

Keywords: History. Academic research. Education.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BRANDÃO, C. R. Pesquisar-participar. In: _____. (Org.). **Repensando a Pesquisa Participante.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRITO, A. X.; LEONARDOS, A. C. A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico. **Cadernos de Pesquisa**, n.113, p.7-38, jul. 2001.
- BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FONTANA, J. **História:** análise do passado e projeto social. Tradução Luiz Roncari. Bauru: Edusc, 1998.
- FREIRE, P. **Política e educação.** São Paulo: Cortez, 1993.
- GASPARELLO, A. M. Construindo um currículo de História. In. NIKITIUK, S. (Org.). **Repensando o ensino de História.** São Paulo: Cortez, 1996. p. 83-95.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

ROMÃO, J. E. **Educação de adultos**: identidades, cenários e perspectivas. Brasília: Liber Livro, 2007.

SANTOS, B. S. **Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.v.I.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

VAINFAS, R. **Os protagonistas anônimos da história**: micro-história. Rio de Janeiro: Campos, 2002.